



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
DEPARTAMENTO DE TAGUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO  
Orador M

*C-984*

Taq. Estela Rev. Hilton Data 15.5 Hora. 17:16 Nº 129/1

*Como Líder*

O SR. MÁRIO JURUNA (PDT-RJ. Sem revisão do orador) -- Mais uma vez, <sup>Sr</sup> Deputado, <sup>Presidente da Mesa,</sup> Uso a tribuna para lembrar que já tive compromisso com eleição, através do Colégio Eleitoral. Eu quero dizer para V. Exa. <sup>que no</sup> tempo de campanha ~~que~~ <sup>apoiava</sup> todo índio brasileiro ~~que~~ <sup>apoiava</sup> a eleição direta, que todo índio brasileiro também ~~que~~ <sup>apoiava</sup> torcia e para o PMDB ~~que~~ poder ganhar com o Presidente da República. Mas o PMDB venceu com eleição através do Colégio Eleitoral. Então, quero lembrar como o Tancredo Neves, que hoje não está vivo, mas ~~que~~ <sup>mas</sup> está vivo o Presidente Sarney, que está começando a administração em todo o Brasil, ~~mas~~ <sup>teve o</sup> ~~este~~ compromisso com o Tancredo Neves, lembrando o direito do índio, lembrando a reserva da comunidade indígena.

Graça



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

C = 985

15 / 05 / 1985

Graça / Hilton (cont. o Sr. Mário Juruna) 17, 18 Nº 130/1

Mas parece que o Presidente Sarney e o Ministro Costa Couto não acreditam em mim; nem Sarney nem Costa Couto. Parece que não acreditam <sup>que</sup> e tinham compromisso com Tancredo Neves. Tancredo Neves tinha prometido entregar o poder para a FUNAI, ~~criar~~ a Secretaria de Assuntos Indígenas para poder cuidar do problema do indígena. Conversando com Costa Couto e com o Presidente Sarney, parece que só estão alimentando com a minha palavra, estão alimentando e enchendo a barriga com a minha palavra. Mas cobro a promessa de Tancredo Neves, <sup>Como que</sup> ~~fixado~~ o índio vai ficar deste jeito? Como que a FUNAI vai ficar deste jeito? <sup>Sei lá</sup> ~~mas~~ ~~o~~ Ministro Costa Couto e o Presidente Sarney <sup>não</sup> estão acreditando em mim, <sup>as</sup> ~~em~~ duas autoridades / estão alimentando todo pessoal que procura eles. Não acho justo que o Ministro Costa Couto, que o Presidente da República ~~este~~ <sup>este</sup> ~~fi~~ <sup>em</sup> ouvindo todo mundo, ~~este~~ ~~aceitando~~ a palavra de todo mundo ~~que, procurava, o Sarney, que procurava o Costa Couto.~~

(s.ceres)



C-986  
15 / 05 / 1985

Côres / Chico (Cont. o Sr. Mário Juruna) 17 20 No 131/1

~~que procurava o Presidente Sarney e o Ministro Costa Couto.~~ Aqui, eu disse, frente aos Srs. Deputados e Srs. Senadores, que votei para garantir a demarcação <sup>das terras de</sup> para a comunidade indígena; votei para que o Sr. Tancredo Neves cumprisse o compromisso assumido com este Deputado, em nome da comunidade indígena - o de garantir a terra do índio.

Será que o Presidente Sarney <sup>o Ministro</sup> e Costa Couto estão acreditando em minha palavra? Parece que não ~~estão acreditando~~. Parece que estão fuxicando, como toda autoridade. Mas, cobro a promessa feita por Tancredo, já que <sup>Presidência</sup> assumiu o Presidente Sarney <sup>Em</sup> por consequência, também cobro a promessa <sup>Ministro</sup> a Costa Couto, <sup>país</sup> ~~já que ele~~ <sup>ocupa o cargo em decorrência do</sup> mesmo voto <sup>país</sup> que <sup>eu</sup> elegemos o Presidente da República; Costa Couto recebeu o Ministério com a votação de todos <sup>os</sup> Parlamentares dirigida a Tancredo Neves. ~~Eu~~ <sup>na</sup> quero que essas duas autoridades considerem ~~isso~~ meu voto, proferido aqui, <sup>na</sup> nesta Câmara Federal, na presença de todos os Companheiros. Não acho justo que o Presidente Sarney e o Ministro Costa Couto esqueçam o compromisso assumido pelo Presidente Tancredo Neves.

S/Naelê



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Orador - ( Cont. o Sr. Mário Juruna )

Taquigrafo - Naelê

Revisor - Chico

C-98f

Quarto N.º 132/1

Data 15/05/85

17:22

Quero também <sup>cobrar esse</sup> compromisso do Presidente Sarney e do Ministro Costa Couto. Os dois devem assumir o compromisso com o índio. Eles não podem esquecer o índio. Não podem só olhar o empresário. Não podem só olhar o branco. O Presidente José Sarney <sup>deve</sup> ~~deve~~ olhar para o índio, <sup>tem como</sup> ~~tem como~~ o Ministro Costa Couto <sup>Não devem esquecer-se</sup> ~~também e ficar esquecidos~~ da FUNAI. Não podem desprezar a FUNAI, não podem desprezar o índio. Quero mandar <sup>um</sup> recado as duas autoridades: Não adianta dizer que a Nova República está nascendo, ~~está nascendo~~ <sup>alguns dizem</sup> Alguns <sup>dizem</sup> ~~dizem~~ que existe a Nova República. <sup>Mas a</sup> ~~Mas a~~ Nova República está parada. A Nova República está triste. Parece que ~~todos~~ os Ministros não têm bateria para poder trabalhar. Estão esperando a ordem do povo. <sup>Mas</sup> ~~Mas~~ não precisa <sup>de</sup> de ordem do povo. O Ministro Costa Couto <sup>deve</sup> ~~deve~~ assumir com autoridade, ~~com autoridade~~ <sup>e</sup> ~~e~~ responsabilidade. O Presidente Sarney deve começar <sup>a</sup> trabalhar ao lado do povo, ao lado a Nação e ao lado do trabalhador. Ele reclama da nova administração. Não adianta dizer que o golpe de 1964 foi autoritário, que tomou o poder do civil. ~~Uma coisa~~ <sup>Existe</sup> ~~Existe~~ Existe hoje também o sofrimento do povo. ~~Existe~~ <sup>Existe</sup> ainda a miséria do povo.

(S/ Luci)



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

988

15 / 05 / 1985

Lusi / Chico ( Mário Juruna ) 17, 24 Nº 133/1

~~também a miséria do povo~~ Através de que existe miséria? É através da Nova República. Continua ~~o mesmo sistema de~~ <sup>o mesmo sistema de</sup> ~~que impõe~~ <sup>que impõe</sup> fome ~~através do~~ <sup>ao</sup> povo brasileiro. Então, esta é a minha reclamação, esta é a minha queixa, através desta tribuna. Não adianta ~~de que jeito~~ <sup>que a Nova República</sup> sonhar que o Brasil vai mudar o sistema, ~~que a Nova República vai mudar~~ De que jeito vai mudar? Qual é a proposta para o povo brasileiro? Qual a proposta para o Deputado Juruna? De que jeito a Nova República vai atender ~~o~~ <sup>o</sup> índio? De que jeito a Nova República vai assumir compromisso com o Deputado Juruna, que representa a comunidade indígena? Não adianta dizer. Faz dois meses que o ~~Governo~~ <sup>Governo</sup> assumiu, dois meses. ~~o~~ <sup>O</sup> índio está vivendo ~~aqui~~ <sup>aqui</sup> há mais de 1.400 anos, ~~mas~~ <sup>continua</sup> sofrendo e apanhando, e o ~~Governo~~ <sup>Governo</sup> expulsando índio, ~~e~~ <sup>o</sup> ~~Governo~~ <sup>Governo</sup> atirando no índio. Não existe violência só ~~no~~ <sup>no</sup> passado; existe violência ~~o~~ <sup>o</sup> hoje também. E a FUNAI, que tutela o índio, está pendurada em cima do galho, como macaco. ~~A FUNAI não tem poder~~

s/Ângela



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Orador

C-989

cmd

Taq.

Rev.

Data

Hora.

Nº

134/1

A FUNAI não tem poder, por quê? Porque o Ministério para Assuntos Fundiários, junto com o Ministério do Interior, tomam o poder da FUNAI. Roubam o Estatuto do Índio, roubam o direito do Índio. Quem roubou? O Ministério para Assuntos Fundiários criou o que chamam de "grupão", para poder discutir problema da terra indígena. Não adianta roubar; a terra é do Índio. Não adianta tomar o poder da FUNAI. Quero que o Presidente José Sarney devolva o poder para a FUNAI e entregue o patrimônio do Índio. Não adianta essa discussão ficar no Ministério para Assuntos Fundiários, no "grupão". O Ministério para Assuntos Fundiários não pode criar "grupão" para discutir o problema da terra indígena no meio do INCRA. Isto só irá complicar mais ainda o problema e atrapalhar a solução da demarcação da terra do Índio, atrapalhando o trabalho da FUNAI.

Então, aqui protesto contra essa iniciativa da Nova República. Faço queixa, porque está faltando dinheiro para atender a comunidade indígena; está faltando autoridade para o Índio e está faltando à Nova República lembrar-se do Índio. Não adianta usar palavras sem praticar nada no tratamento do Índio e do povo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO  
Orador Cont. o Sr. Mário Juruna

C-990

Tug. José Rev. XXV Chico Data 15-05-85 Hora. 17:28 Nº 135/1

~~o tratamento do povo~~ É preciso que o Presidente Sarney e o Ministério do Interior tomem atitudes, ~~e~~ <sup>assumam suas</sup> ~~porque assumem grande~~ <sup>para com</sup> responsabilidades ~~com~~ <sup>para com</sup> o índio. ~~Esquecem-se~~ <sup>de que</sup> ~~como~~ o índio é brasileiro, é ser humano, é gente e foi o primeiro habitante do Brasil. Não ~~podem~~ <sup>podem</sup> esquecer ~~o~~ <sup>-se do</sup> problema do índio. Quero que o Presidente Sarney lembre-se mais do índio, ~~que~~ <sup>S. Exa.</sup> não o esqueça, ~~que~~ <sup>que</sup> não ~~receber~~ <sup>receber</sup> somente Senadores, Deputados, empresários, mas ~~que~~ <sup>que</sup> também o índio. Estava tentando falar com o Presidente da República para discutir a criação da Secretaria de Assuntos Indígenas. Esta <sup>faixa</sup> palavra de Tancredo Neves ~~é~~ <sup>é</sup> do Deputado Juruna. O Presidente Sarney tem que assumir o compromisso com o Deputado Juruna. Não pode assumir <sup>esse compromisso</sup> com governador, com empresário ou com banqueiro. Parece que aqui não tem índio que represente a comunidade indígena. Parece que o Ministério do Interior ~~é~~ <sup>é</sup> que representa a comunidade indígena. O Ministério do ~~de~~ Interior recebeu o voto do Deputado

(S/Víctor)



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Orador Cont. o SR. MÁRIO JURUNA

991

Taq. Víctor Rev. IRA Data 15/05/85 Hora. 17:30 Nº 136/1

com Deputado que votou para Presidente ~~o~~ Tancredo Neves. Todos os Ministros <sup>assumiram</sup> estão  
 aqui ~~o~~ graças ao Deputado, graças à bancada parlamentar todo ~~partido~~ estão assumindo  
 os Ministérios. Será que o meu voto não pode valer para todo o povo brasileiro?  
 Eu não estou procurando emprego, ~~companheiro~~ <sup>E</sup> é preciso que o tratamento ao índio  
 mude o mais rápido possível. Preciso que o Governo Federal garanta a terra para  
 a comunidade indígena, demarque a terra urgente <sup>mente</sup> para a comunidade indígena, garanta  
 a moradia para a comunidade indígena. E não adianta retirar a terra do índio,  
 porque fica para empresário, fica para banqueiro; não adianta. Então eu peço a  
 V.Exa., o Presidente da Mesa, que leve a solução <sup>certa</sup> ~~certa~~ para o Presidente da Repúbli  
 ca. Não adianta esquecer de mim porque eu sou índio. O Presidente é melhor do  
 que eu? O Ministro é muito melhor do que eu? Não adianta esquecer o índio. En  
 tão eu quero que o Presidente José Sarney tome conhecimento do problema do índio e  
 garanta a terra para o índio, demarque terra para a moradia do índio. Não adianta  
 a gente acusar o "64" autoritário

S/PAULO.





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Orador : Cont. O SR MÁRIO JURUNA

Taq. : PAULO

Rev: IRA

Data: 15/05/85

Hora: 17,32

Nº 137/1

16-992

~~autoritário~~ que tomou o Poder. Então não adianta acusar. ~~Então~~ Hoje,  
qual é o serviço que a Nova República está praticando? Qual é a mensa-  
gem da Nova República? Qual é o serviço que a Nova República está fazen-  
do hoje? De que jeito vou respeitar a Nova República, se não entendo a  
Nova República? ~~Se~~ não entendo a mudança, se não entendo a renovação?  
Quem vai renovar o Brasil? Ninguém vai renovar o Brasil. ~~Porque~~ Estou  
vendo hoje o Presidente do INCRA como <sup>um</sup> empresário. Como é que vão renovar?  
~~Como é que se vai chamar~~ <sup>de</sup> Nova República, deste jeito? Esse  
banqueiro diz que governa e que quer esquecer como banqueiro, que quer  
lembrar a pessoa, o pequeno, que está precisando da sua moradia, da sua  
terra, que está precisando da sua criação. e está precisando para sobre-  
viver. ~~Parece~~ Parece que todo mundo está contente <sup>por</sup> que está nascendo  
a Nova República e parece que vai mudar. Mas ~~coitado~~ coitado do povo bra-  
sileiro, porque está muito enganado. Estou acompanhando a vida do branco,  
a vida inteira e como o índio já apanhou ~~do~~ do branco, como o posseiro  
já apanhou ~~do~~ do branco, ainda tem gente que fala: graças a Deus está  
chegando a nova vida. Tudo bem. Existe nova vida, mas o problema continua,  
ninguém vai tirar nada do problema do povo. ~~ninguém vai tirar nada do problema do povo.~~  
Só falta o Presidente assumir com capacidade para poder resolver o  
problema do Brasil, e o problema da Nação. Então ~~é isso~~



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Orador Mário Juruna

C-992

Taq. Aparecida Rev. Iraídes Data 15/05/85 Hora. 17:34 Nº 138/1

o problema da Nação. Então isto é o que falta. Não existe ainda um Presidente que assuma ~~com~~ um compromisso com o povo. Existe, sim, o ~~Pres~~ Presidente que assume compromisso com o banqueiro, ~~e~~ com o fazendeiro, com o empresário, com o estrangeiro, com o FMI. Então, este Presidente está aí para isso. O Presidente não está aí para resolver o problema do índio. Esta, então, é a minha queixa, o meu recado. Eu quero que todo Ministério ~~seja atendido~~ <sup>aconde</sup>, eu quero que todo Ministro coloque todo o Ministério para trabalhar. Todo <sup>o</sup> Mundo. Há tantas pessoas que me procuram no gabinete, milhares de pessoas, para pedir emprego, e eu não consigo emprego para ~~x~~ ninguém. Mas eu cobro do Presidente da Mesa, eu cobro de todo Ministro ~~que não se dá conta~~. Não adianta a gente prejudicar o povo, não adianta a gente pisar ~~em cima~~ em cima do povo, não adianta a gente aproveitar do povo. Eu quero que o Governo Federal reconheça o sofrimento do trabalhador, do índio, do posseiro, ~~mas~~ porque o Brasil é ~~nosso~~ <sup>do</sup> Brasil é ~~nosso~~ <sup>do</sup> do povo. E em ~~primeiro~~ primeiro lugar o ~~Brasil~~ <sup>o</sup> Brasil foi do índio. Então eu quero que o Governo Sarney atenda <sup>o</sup> meu pedido, <sup>o</sup> minha reclamação. Não adianta ~~responder~~ <sup>tapar</sup> o ouvido com algodão. ~~Não~~ Temos que tirar o algodão do ouvido dele.

S. Vera



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO  
Orador Mário Juruna

C-994

Taq. Vera Rev. Ira Data Hora: 17,36 Nº 139/1

Tem que tirar algodão do ouvido ~~do~~ <sup>ele</sup> Não adianta só ouvir empresário.

Eu sou índio, eu sou ser humano, e tem que me receber bem, conversar <sup>Sobre</sup> problema

maior do índio. Tem que me receber para conversar <sup>sobre</sup> problema da comunidade in-

dígena. Não adianta ficar fugindo ~~fora~~ do compromisso só para atender <sup>a</sup> ou-

tro mais importante. Por que não sou mais importante? Por quê? Não sou

ser humano? A autoridade está escondendo. Nem Fernando Lyra me atende!

Fica também escondendo. <sup>Há o</sup> problema do índio, <sup>que está</sup> índio morrendo, apanhando <sup>E</sup>

eu procuro o Ministro da Justiça. O PMDB fica fugindo do com-

promisso. Enquanto eu estiver aqui, não vou ficar em silêncio. Enquanto

eu estiver vivo, vou sempre ficar cobrando <sup>de</sup> autoridade, <sup>do Ministro</sup> Fernando Lyra. Eu

tenho processo em cima do ~~aj~~feitador, em cima de pessoa envolvida com ín-

dio. Eu ligo para Fernando Lyra. Fernando Lyra não está. À noite, ele

aparece na televisão. <sup>E</sup> para me atender, não está. Para falar com alta

autoridade ~~para~~ ele <sup>a</sup> está sempre Para atender <sup>a</sup> índio, para tomar conhe-

cimento <sup>de</sup> ~~de~~ <sup>dos</sup> ~~de~~ <sup>problemas do índio!</sup> graves, Fernando Lyra não está. Fica <sup>de</sup> escondendo.

Como é que vou respeitar a Nova República, desse jeito? Como

vou respeitar Costa Couto, desse jeito? Como vou respeitar a <sup>Oposição</sup> Oposição,

desse jeito? Não é mais <sup>Oposição</sup> ~~partido~~. É outro PDS. O PDS já era.

s/Heri



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

C-995

Orador

Taq. Port. Rev. Tribuna Data 15.5.85 Hora 12:30 Nº 10/1

~~O PDS já virou~~ A oposição tomou o nome do PDS. Agora, o PDS ~~que sobrou~~  
~~deve~~ ~~então PDS~~ <sup>ao</sup> devolver <sup>o</sup> em nome do PDS para o PDS que sobrou. Isso é muito  
grave, companheiros. <sup>de</sup> Não <sup>se</sup> pode acreditar muito. <sup>estamos surtados</sup> Aqui ~~está~~ ~~aprendo~~ também  
a ~~reclamação~~ <sup>de</sup> do índio <sup>de</sup> todo o Brasil. O Ministro do Interior é homem crian-  
ça, não é homem adulto; é homem que não sabe mandar, é homem que não sabe  
assumir compromissos. Como é que o Ministro vive desse jeito? Não <sup>é</sup> precisa  
ter Ministro <sup>criança, qual</sup> ~~ministro moleque~~, Ministro adulto, Ministro que entenda o  
problema do índio, ministro que reconheça o direito do índio. Não ~~precisa~~  
~~ter ministro moleque~~, Tenho visitado alguns ~~Ministros~~. <sup>incapacitados,</sup> Tem tanta ~~selecção~~  
dentro do Ministério, tem tanta gente parada dentro do Ministério! <sup>Eu bri-</sup>  
gava com o Mário Andreazza, <sup>com o</sup> o Ministro da Justiça. ~~Éramos~~ gente adulta,  
gente capacitada, gente com poder. Ainda eu fazia queixa contra Mário Andre-  
azza, <sup>reje</sup> e ~~hoje~~ <sup>reje</sup> ~~vi~~ que no Ministério do Interior tem  <sup>muita incompetência</sup> tanta ~~incompetência~~. Tem gen-  
te nova que não tem capacidade, gente que não tem poder, que quer tomar  
conta do Ministério. Isso não pode acontecer! Se gente somos numa Repúbli-  
ca, porque a gente não assume compromisso? Homem não precisa enganar

(S. Roberto)

CÂMARA DOS DEPUTADOS  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

15 / 05 / 1985

Roberto / Beth ( Cont. Mário Juruna ) 17:40 Nº 141/1

enganan índio, não precisa tapear o índio. Não precisa ser tapeado através do Ministério. Quero que Sarney atenda meu pedido; quero que o Ministério do Interior, Costa Couto, atenda meu pedido. Ele não precisa ficar tapeando índio, enganando índio, índio esperando recurso, índio está morrendo de fome, sem terra, sem assistência. Por culpa de quem? A culpa é do Governo da Nova República. Ele não está enxergando a fome. Sarney não está enxergando a miséria, a fome. Só está enxergando banqueiro, empresário, fazendeiro, o Senador, o Deputado importante, o representante do FMI. Não está enxergando a fome. Eu enxergo a fome. Como sou homem do campo, como sou homem que nasceu no mato, estou enxergando a fome do povo, a miséria do povo, o sofrimento do povo, o sacrifício do povo. Mas o Sarney, como Presidente da República, Costa Couto, Fernando Lyra, não estão enxergando. Está<sup>o</sup> enxergando a gravata dele, o terno dele, a fazenda dele. Não estão enxergando o sofrimento do povo. Quero que o Presidente mude todo Ministro ~~se~~ <sup>de</sup> novo. Não adianta continuar como está. Muda tudo porque tudo ~~hoje~~ <sup>crianças,</sup> não têm responsabilidade.

mn



C-99f

15 05 1985

Jacinta/Bete cont. o Sr. Mário Juruna 17:42 Nº 142/1

responsabilidade. Eu brigava com o Presidente da República, e ele é  
 melhor <sup>de</sup> ~~do~~ que todos. Eu achava que os militares ~~que~~ iam contra o po-  
 vo, eu achava que os militares ~~x~~ estavam matando o povo, que os mili-  
 tares estavam roubando a terra do índio. Mas hoje piorou, Parece que  
 o Brasil está morto, Parece que o Brasil está enterrado, Parece que  
 ninguém ~~que~~ assumir responsabilidades.

Então, dessa vez eu reclamo uma atitude do Presi-  
 dente da República e reclamo uma atitude do Sarney, reclamo uma atitu-  
 de do Costa Couto e do Fernando Lyra também. Fernando ~~Lyra~~ Lyra tem que  
 apurar o roubo de pessoas e justiça, ele <sup>tem que</sup> ~~quer~~ levar justiça a sé-  
 rio. Ele <sup>tem que</sup> ~~tem que~~ apurar quem roubou ~~o~~ e quem matou índios, ele  
 tem que apurar quem roubou a terra do índio. Tem que apurar. Ele está  
 aí para isso, Ele não está aí para fazer brincadeira, fazer palhaçada  
 com nome do índio.

E aqui eu registro ~~a~~ a minha palavra. Se alguém  
 não gostou das minhas palavras, <sup>porque</sup> ~~porque~~ é verdade que machuca, é ver-  
 dade que dói. Ninguém vai <sup>responder</sup> ~~falar~~ na minha cara que eu não ~~presto~~ presto. Eu  
 presto. Nunca roubei, nunca enriquei, nunca matei, nunca enganei o po-  
 vo. Eu sempre defendi o povo, sempre levantei a <sup>bandeira</sup> ~~bandeira~~ do índio, sem-  
 pre levantei a voz das comunidades indígenas, sempre defendi o índio,  
 o brando, o trabalhador, ~~o~~ camponês. Então, eu quero que V. Exa.



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

C-998

198

Nº 142/2

leve muita coisa ~~mas~~ <sup>para</sup> seria do Presidente da República, Eu não sei se  
o Presidente ~~recebe~~ recebe também ~~as~~ Lideranças, eu não sei



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

C-999

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/198

zuzu / bete / cont. Mário Juruna

17 . 44 143/1  
\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. Nº

~~Não sei quem se o Presidente recebe também liderança, não sei se o Presiden-~~  
 te recebe também Deputado. Várias vezes tentei falar com o Presidente. Às  
 vezes vou na casa dele, mas a segurança dele me recebe ~~em casa~~ na cancela-  
 la. ~~na cancela~~ A segurança dele me recebe na <sup>porta</sup> ~~cancela~~. Eu nunca chego lá na  
 porta. O segurança ~~me recebe~~, parece, ~~que~~ uns cinco metros <sup>retirados</sup> ~~da cancela~~  
 da casa dele. Isto é falta de vergonha, isto é falta de respeito. Quero  
 que Sarney e Costa Couço me respeitem. Ele não pode <sup>me</sup> me receber na cancela.  
 Então reclamo isto. Se ele quiser assumir com o povo ele <sup>inadequado</sup> ~~deve~~ assumir. Ele  
 não pode enterrar o índio, não pode enterrar o povo. [Já acabou o que ~~os~~  
 a gente chamava autoritário, já acabou o que a gente chamava golpe, já aca-  
 bou o que a gente chamava 64. Hoje é o que a gente chama Nova República.  
 Então, quero que <sup>o batalhão (-) de paz</sup> na Nova República bota cada Ministério para ~~funcionar~~ fun-  
 cionar melhor. [Muito obrigado. (Palmas)]

O SR. PRESIDENTE (Haroldo Sanford) - Nada mais havendo a tratar,  
 vou encerrar a sessão, antes designando para a ordinária de amanhã, às 13:00,  
 a seguinte

Ordem do Dia.  
 Está encerrada a sessão.



3

C-445



CÂMARA DOS DEPUTADOS

10

Brasília,  
17 de Maio de 1985.

O SR. MÁRIO JURUNA (PDT-RJ. pronuncia  
o seguinte discurso) -  
Sr. Presidente da Câmara dos Deputados,

Sr.

V. Exa.  
Venho trazer ao conhecimento de

~~Excelentíssimo~~ e desta Casa, o teor dos telex que enviei ao ~~Excmo. Sr. Presidente~~ Ministro do Interior Ronaldo Costa Couto e ao ~~Excmo. Sr. Presidente~~ Presidente da República José Sarney, agradecendo a nomeação do Presidente da FUNAI.

A nomeação do Sr. Gerson Silva Alves foi o início de um novo relacionamento entre Governo federal e o povo indígena e estamos fazendo votos que este relacionamento cada vez mais se estreite, dando assim vez ao povo indígena se manifestar.

Reconhecemos o grande espírito público do Sr. Presidente da República e do Sr. Ministro do Interior ao indicarem ~~o Sr. Gerson~~ para Presidente da FUNAI que é ligado aos índios e deles muito querido.

Era o que tinha a dizer

*Mário Juruna*  
Mário Juruna

Deputado Federal

~~Excmo. Sr.~~

~~ORDEYSGES COIMERAES~~

~~MD Presidente da Câmara dos DEPUTADOS~~



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COORDENAÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR  
SETOR DE TELEX

PROT. Nº \_\_\_\_\_

C-446

DATA: \_\_\_\_\_

DESTINATÁRIO: JOSEH SARNEY

Nº TLX DESTINO: \_\_\_\_\_

EMPRESA/ÓRGÃO: PRESIDENTE DA REPUBLICA

CIDADE: BRASILIA/DF

- 01 AGRADOÇO VOSSÊNCIA EM MEU NOME ET EM NOME LIDERANÇAS INDÍGENAS
- 02 BRASILEIRAS NOMEAÇÃO INDIGENISTA GERSON ALVES DA SILVRA PRESI
- 03 DÊNÇA FUNAI PT GERSON ALVES DA SILVA, PESSOA INTEIRA CONFIANÇA
- 04 ET SABERAH ADMINISTRAR FUNAI COM COMPETENCIA VOLTADO INTEIRAMENTE
- 05 INTERESSES INDIOS BRASILEIROS PT NOMEAÇÃO GERSON SILVA PROVA QUE
- 06 GOVBBNO VOSSENCIA EH DEMOCRATICO ET TEM PEOCUAÇÃO POVO INDIGENA
- 07 DANDO-LHE VOZ ET OPORTUNIDADE PARA SE MANIFESTAR PT FAÇO VOTOS
- 08 QUE GOVERNO VOSSENCIA CONTINUE AO LADO POVO INDIGENA ET BRASILEIRO
- 09 LÉVANDO O BRASIL DEMOCRACIA PLENA ET VERDADEIRA PT SDS MARIO JURUNA
- 10 DEPUTADO FEDERAL
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20

ASSINATURA: \_\_\_\_\_

DEPUTADO: *[Handwritten Signature]*

RAMAL: \_\_\_\_\_

OBSERVAÇÕES

- É vedado o uso de TELEXOGRAMA (telex via ECT). A transmissão de discursos, projetos, pareceres e outras matérias sobre trabalhos da Câmara dos Deputados, para NOTICIÁRIOS DE JORNAIS, via TELEX, dependerá de PREVIA AUTORIZAÇÃO DE MEMBRO DA MESA e obedecida o



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COORDENAÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR  
SETOR DE TELEX

C-447

PROV. Nº \_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_\_\_

DESTINATÁRIO: RONALDO COSTA COUTO

Nº TLX DESTINO: \_\_\_\_\_

EMPRESA/GRUPO: GABINETE DO INTERIOR

CIDADE: BRASÍLIA/DF

- 01 SABEDOR VEXA TOMOU CONHECIMENTO QUE PROFERI DISCURSO 15 MAIO VG VENHO ESCLARECER
- 02 QUE NAO QUIS OFENDER VEXA ET QUE DISCURSO FOI FEITO APENAS PARA COBRAR COMPRO
- 03 MISSO SENDO ISSO MINHA OBRIGACAO PARLAMENTAR PT VENHO AGRADECER V EXA NOMEACAO
- 04 GERSON A SILVA EM MEU NOME ET EM NOME DAS LIDERANÇAS INDIGENAS ET BANCADA DE
- 05 PUTADOS FEDERAIS QUE DEU APOIO MINHA INDICACAO PT NAO CONCORDO DISCURSO DEP
- 06 MARCIO SANTILLI CDO DISSE QUE VEXA EH AUTORITARIO PELO FATO TER INDICADO GERSON VG
- 07 DEP. SANTILLI NAO SABE QUE VEXA TEM EM SEU PODER DOCUMENTOS DE APOIO GERSON QUE
- 08 CONTEM MAIS DE 200 ASSINATURAS LIDERANÇAS INDIGENAS vg 85 ASSINATURAS DEPUTADOS
- 09 FEDEPAIS ET 03 SENADORES PT O QUE VEXA FEZ FOI OUVIR YCOMMUNIDADES INDIGENAS ET
- 10 CUMPRIR COMPROMISSO ASSUMIDO TANCREDO NEVES PT DEP. SANTILLI EH LIGADO ANTROPO-
- 11 LOGOS ET ESTAH FALANDO PQE VESA NAO INDICOU CANDIDATO ANTROPOLOGOS PT QUERO
- 12 QUE VEXA CONTINUE ASSIM ESCUTANDO INDIO DANDO-LHE VEZ DE FBDAR ET NAO ESZUTANDO
- 13 ANTROPOLOGOS OU INDIGENISTAS PT ENQUANTO VEXA ESTIVER DANDO OPORTUNIDADE INDIO
- 14 ESTAREI SEU LADO DEFENDENDO-O PT GERSON EH PESSOA SIMPLES ET NAO EH CORRUPTO
- 15 COMO DISSÉ DEP. SANTILLI PT QUERO QUE VEXA NAO LEVE COMO OFENSA DISCURSO QUE
- 16 PROFERI DIA 15 PT CONTO COM SUA COMPREENSAO ET COLOCO-RE AO SEU INTEIRO
- 17 DISPOR ESPERANDO SER CONVIDADO PARA DISCUTIR OS PROBLEMAS INDIGENAS QUE
- 18 SURJAM NESTE MINISTERIO PT ATENCIOSAMENTE MARIO JURUNA

Recebemos o original  
Em 16/5/85

ASSINATURA: \_\_\_\_\_

DEPUTADO: \_\_\_\_\_

*M. Juruna*  
SETORES DE TELECOMUNICACAO

RAMAL: \_\_\_\_\_

OBSERVAÇÕES

É vedado o uso de TELENOGRAMA (Telex via FCT). A transmissão de discursos, projetos, pareceres e outras matérias sobre trabalhos da Câmara dos Deputados, para NOTICIÁRIOS DE JORNAIS, via TELECOM, dependerá de PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DE MEMBRO DA MESA e obedecido o

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Brasília,

06 de Agosto de 1985.

Exmo. Sr.:

RONALDO COSTA COUTO

Ministro do Interior

Brasília/DF

Senhor Ministro,

Tomei conhecimento, através das licenças indígenas de replão, de uma Certidão Legítima de nº 01. 04. 01. 01, em papel timbrado da FUNAI, fornecida pelo ser. limo da FUNAI Sr. Amilton Gerônimo Figueiredo ao Sr. Camilo Carlos Obice, quando ele exercia funções de delegado na 5ª DR, a qual estava regulamentada cópia em anexo.

Senhor Ministro, diante deste fato que nos aparece de modo claro a posição anti-facileira deste funcionário da FUNAI, pergunto se já não está na hora de se retirar da FUNAI todos os funcionários que ao invés de servir ao índio estão se aproveitando dele?

Classifico este ato praticado pelo ser. limo Amilton Gerônimo Figueiredo, como criminoso e sugiro imediatamente a demissão do servidor Amilton G. Figueiredo, com a imputação do respectivo inquérito para se apurar as consequências do ato criminoso que este praticou.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Fls. II

Encaminhei hoje, dia 06 de Agosto de 1985, carta ao Presidente da FUNAI relatando este acontecimento e juntando cópia do ofício emitido pelo Sr. Amilton Gerônimo Figueiredo, onde também solicito a demissão do aludido servidor.

Solicito Senhor Ministro, que sejam tomadas imediatas providências com relação a este servidor antes que ele faça algo parecido em outras áreas indígenas.

Atenciosamente,

*Mário Guirara*  
Mário Guirara

Deputado Federal.

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XL — Nº 085

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 13 DE AGOSTO DE 1985

O SR. JOSÉ FERNANDES (PDS — AM. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, até o dia 9 deste mês estive percorrendo o interior do Estado do Amazonas. Lá constatei diversos problemas que estão a merecer a atenção das autoridades da Nova República.

Nesta oportunidade, abordei o problema de Tabatinga, onde tem havido inúmeros conflitos entre a comunidade indígena dos ticunas e os civilizados. Os índios ticunas estão expulsando da área rural boa quantidade de famílias, e estas procuram abrigo na área urbana do Município de Tabatinga. Em razão disso, a sede daquele Município está em franca explosão demográfica, sem contar com orientação ou qualquer tipo de serviço básico capaz de acomodar aquela gente em sua área urbana.

Outro problema que causa transtornos aos habitantes do Município de Tabatinga é o que diz respeito ao abastecimento. Em verdade, a colônia de pescadores — e a base alimentar naquela região é exatamente o pescado — está praticamente impedida de pescar, porque a comunidade indígena, talvez por falta de orientação da FUNAI para delimitar corretamente as suas terras, o que evitaria conflitos, tomou conta de todos os lagos, tendo, inclusive, quebrado canoas, deteriorado equipamentos de pesca e até ameaçado de morte todos aqueles que procuram capturar algum pescado para vender na sede municipal de Tabatinga. Assim, a população da área urbana daquele Município está praticamente passando necessidade, comendo produtos enlatados, porque não tem como se abastecer da fonte principal de alimento, o peixe.

Queríamos também solicitar a atenção dos Governos Federal e do Estado do Amazonas para os problemas urbanos que se estão agravando em Tabatinga, pois este Município cresce a taxas nunca vistas no interior do Estado, mas não tem feito nenhum investimento que permita ordenar a sua ocupação urbana.

Concluo, Sr. Presidente, fazendo apelo aos Ministros Ronaldo Costa Couto e Nelson Ribeiro, no sentido de que agilizem a ação da FUNAI para demarcar as áreas que pertencerão à comunidade indígena, permitindo aos indígenas e aos civilizados que tiveram paz naquela região por mais de cem anos antes da chegada da FUNAI — órgão que, em vez de ter solucionado os conflitos, apenas os fez crescer na área — viverem tranquilamente no Alto Solimões, notadamente nos Municípios de Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença e Atalaia do Norte.

Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> que faça anexar ao meu pronunciamento a seguinte carta que recebi do advogado Marco Aurélio Diniz Maffioletti, que detalha com mais clareza o problema do conflito indígena e o da seleção de áreas em Tabatinga:

“Tabatinga, AM, 27 de julho de 1985

Ao  
Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. José Fernandes  
MD. Deputado Federal do Estado do Amazonas

Por ocasião de sua inusitada e edificante visita à Sede desta Comuna, ocasião em que tivemos a grata

oportunidade de contactarmos com V. Ex<sup>a</sup> podendo auscultar o interesse legítimo de suas intenções em vir até o povo desta longínqua fronteira para saber de seus problemas e reclamos sociais, sirvo-me da presente para lavar ao seu conhecimento matéria que julgamos ser da maior importância para toda a população do alto rio Solimões em toda sua extensão de fronteira com nossos países vizinhos do Peru e Colômbia.

Há cerca de um mês estivemos em Manaus, a serviço, tendo aproveitado para formular uma denúncia grave a respeito da, já em andamento, criação e demarcação das reservas indígenas no Alto Solimões, sendo uma na margem esquerda do rio Solimões com 596 mil ha e outra na margem direita com área um pouco maior, e a maior, com nada menos de 6.000.000 (seis milhões) de hectares, o “Parque Indígena do Vale do Javari” apresentando os locais onde se poderiam coligar as provas necessárias e constatação deste atentado à integridade geográfica-política de nosso Estado, por órgãos da esfera federal, à revelia (pelo menos nos pareceu) do Governo do Estado, e suas consequentes seqüelas e conflitos sócio-econômicos que a criação destas iriam originar entre os tutelados da FUNAI e o povo dessas regiões.

Para tanto, levamos um relato escrito aos Exm<sup>os</sup> Srs. Governador do Estado, Presidente da Câmara Legislativa Estadual e Deputado Félix Vaois Coelho, dos quais possuo cópias recebidas, como não obtive na ocasião nenhum pronunciamento do Deputado Francisco Queiroz na Assembleia e, visando, a “reforçar” o assunto, fui ao jornal e publicaram matéria a respeito.

Posteriormente recebi correspondência do Palácio Rio Negro registrando o recebimento e agradecendo as informações, bem como ofício da Secretaria de Interior e Justiça dando-me conta das providências tomadas e encaminhamento do assunto pelo Diretor Regional do INCRA em Manaus ao Chefe do Gabinete da Presidência do INCRA em Brasília (cópias anexas).

Ocorre que, não obstante estes esforços, a situação continua se agravando, já começando a acontecer o que vimos prevendo, ou seja, no último dia 21-7-85, na localidade de Sucuia, em frente a Vendaval, município de S.P. de Olivença no rio Solimões, os Ticunas atacaram quatro famílias lá instaladas a dezenas de anos, queimando suas casas, móveis e quebrando seus barcos, caixas de gelo, jogando todo o produto de sua pesca ao rio, armados que estavam de espingardas e terçados. Não houve vítimas fatais, porque os civilizados não reagiram, se bem que vitimados estão pelo terror e a miséria, pois perderam tudo que possuíam em suas vidas. Foi comunicado pelo Prefeito de Tabatinga tais fatos, tendo o Cmte. do CFSol/1<sup>o</sup> BEF, enviado uma lancha com patrulha do Exército para resgatar os “flagelados, vítimas do vandalismo dos Ticunas. Acrescendo ainda a isto o fato de que outros “membros dessa nação indígena” já em Belém de Solimões, localidade no rio Solimões, neste Município, expulsaram o Frei Arcênio, daquela paróquia, onde já trabalhava há mais de doze anos, e inclusive, é público e notório na região, sempre foi grande defensor destes indígenas e um dos militantes mais ardorosos pela criação destas tais reservas. Como pagamento de seus serviços, foi agredido naquela localidade, tendo se homiziado primeiro em Feijoa, e já agora está hospedado na Casa Paroquial da Prelazia do Alto Solimões, em Benjamin Constant.

Como V. Ex<sup>a</sup> pode observar, pelo menos por este relato e documentos anexos, nossas denúncias têm procedência, e delas assumimos inteira responsabilidade, pois não é concebível que tais fatos venham acontecer seguidamente, sem que se tome nenhuma providência, pelo menos policial, a respeito, visto que tais indígenas, são todos “aculturados”, sabendo ler e escrever, possuindo documentos, muitos já serviram ao Exército, não sendo incapazes ou inimpugnáveis perante a lei, consoante clima de apreensão e prejuízos e violências aos direitos destes pobres e heróicos caboclos que residem no beirão, a mercê da saga de vandalismo praticadas pelos primeiros, que deverá cada vez aumentar mais, em função de sua impunidade e descaso ou morosidade em tomar-se providências a respeito.

Deputado José Fernandes, faço este relato a V. Ex<sup>a</sup>, esperando, como último alento, que sua voz altaneira em Brasília, como atalaia dos interesses e direitos de seus irmãos amazonenses do interior, possa ser ouvida e obtenha bom eco e frutos maduros junto às autoridades afins na esfera governamental, como a vitória alcançada proximamente da restauração dos Municípios extintos, da qual seu denodo e trabalho formam molas propulsoras da maior importância, juntamente com outros políticos, registrada pela nossa história, e que o povo desta cidade não irá esquecer no próximo pleito a que V. Ex<sup>a</sup> deverá se candidatar.

Cordiais Saudações — Marco Aurélio Diniz Maffioletti, OAB/AM 1425.”

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XL — Nº 083

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 9 DE AGOSTO DE 1985

O SR. NOSSER ALMEIDA (PDS — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, há muito anos a FUNAI vem enfrentando os mais diversos problemas relacionados aos atritos envolvendo índios e posseiros e até fazendeiros de várias partes do País.

O Estado do Acre também se ressentiu da atuação mais efetiva da FUNAI, na busca de soluções para os problemas de regulamentação da posse da terra.

Uma dessas fontes de atrito localiza-se no seringal Barão do Rio Branco, no Município de Mâncio Lima, no Acre, onde índios e posseiros se degladiam pela posse e regulamentação das terras.

Ali, Sr. Presidente, já foram efetuados pela FUNAI estudos e cálculos objetivando a indenização das terras pertencentes aos índios POIANAUAS.

Por diversas vezes estivemos com o Presidente da FUNAI, tentando solucionar o problema e, embora tenhamos verificado que os cálculos estão prontos e que existe a maior boa vontade do Presidente, constatamos também que o problema, até agora, não foi solucionado por motivo de absoluta falta de recursos.

Suponho que a única solução para o impasse seja a alocação de recursos para ressarcir os débitos, com a devida correção dos valores, uma vez que os cálculos foram efetuados há muito tempo.

Vale lembrar, Sr. Presidente, que outrora reinava paz e concórdia no relacionamento entre índios e posseiros das regiões acreanas, e, se a situação se reverteu, deve-se evidentemente aos chamados grupos Pró-índio, que, no nosso entender, utilizavam artifícios políticos na tentativa de resolver os problemas por meios ilegais.

Esta situação, Sr. Presidente, nos preocupa seriamente e por isso defendemos o diálogo como o melhor caminho para a solução desses problemas.

Urge, portanto, que se agilizem soluções para estes atritos entre índios e posseiros, começando pelo fortalecimento das delegacias regionais, para que possam dispor de condições para solucionar os pequenos impasses localizados e diminuir o fluxo de índios que se deslocam para esta capital em busca de soluções de problemas que podem perfeitamente ser solucionados nas delegacias regionais.

Esta medida contribuirá, inclusive, para a redução da despesa da FUNAI, que já passa por sérias dificuldades financeiras em razão da má distribuição dos recursos a ela destinados.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XL — Nº 681 CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 7 DE AGOSTO DE 1985

O SR. JOÃO BATISTA FAGUNDES (PMDB — RR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, indignado com o montante de dinheiro gasto com entidades públicas que se transformaram em robustos cabides de emprego, o Ministro da Indústria e do Comércio tem manifestado o seu propósito de promover, a curto prazo, a extinção do Instituto Brasileiro do Café, do Instituto de Açúcar e do Alcool e da EMBRATUR. São organismos altamente onerosos à administração pública, que perderam inteiramente sua finalidade, quer pela época, quer pelo desvirtuamento de seus objetivos.

A idéia posta em prática pelo Ministro é profundamente salutar e deveria ser adotada também em relação a outros órgãos que, tendo uma finalidade específica, fogem inteiramente daqueles objetivos traçados na lei.

Dentre tais organismos, parece-me que está a exigir urgentes providências, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que, embora pessoa jurídica de direito privado, faz o que bem entende ao arrepio da lei, inclusive violentando abertamente o direito de propriedade.

Em Roraima a FUNAI simplesmente interditou uma área para sobrevão.

E, durante o governo Figueiredo, fez o Presidente dar última forma em um decreto assinado e proclamado na televisão pelo Ministro das Minas e Energia.

De onde vem essa força da FUNAI é coisa que ninguém sabe, porque nenhuma outra fundação nem mesmo nenhum Ministério detém tanta desenvoltura para fazer o que bem entende.

Agora, em plena nova República, a FUNAI parou o Exército, que demarcava uma área específica, para evitar conflitos de terras no Sul do Pará.

A FUNAI é um órgão criado especificamente para exercer a tutela e promover a integração gradativa do índio à Comunhão Nacional. Mas o que se verifica é que até a presente data, não promoveu a emancipação de nenhum índio. Ao contrário, estimulou a criação de zoológicos humanos impenetráveis à presença de brancos, quer sejam garimpeiros, quer sejam empresas mineradoras que pretendem explorar as riquezas do subsolo.

No tocante aos garimpeiros, são acusados de poluição no paraíso ecológico dos índios. Enquanto as empresas mineradoras estariam violentando as terras indígenas, com graves riscos à sobrevivência das comunidades.

Tais argumentos, na verdade, servem para camuflar a verdadeira intenção de um grupo dos chamados indigenistas, antropólogos e sertanistas, que hoje estão entri-cheirados nos gabinetes da FUNAI, e não tem o menor interesse na solução dos problemas que envolvem as comunidades indígenas.

Inúmeros fatos e conflitos que merecem destaque na imprensa Nacional atestam de forma eloquente que tais elementos atacam em múltiplas frentes, acobertados pela impunidade que caracteriza a legislação pertinente ao índio no Brasil.

Em Roraima — uma suíça naturalizada americana chamada Cláudia Andujar prega a criação de uma nação binacional, na fronteira Brasil-Venezuela. Seria uma espécie de zona liberada, onde uma Nação indígena surgiria dentro da Nação brasileira.

Em Mato Grosso, uma outra Cláudia Menezes, antropóloga do Museu do Índio no Rio de Janeiro, faz intensa agitação jogando os índios contra os fazendeiros, como se os fazendeiros fossem todos delinquentes e os índios todos, anjos.

Já por diversas vezes tenho denunciado, desta tribuna e através da imprensa, este perigoso estágio que está atingindo esse movimento subversivo que utiliza o índio como peça de manobra, dessa minoria atuante de aproveitadores dos cargos públicos da FUNAI.

Recentemente, no garimpo de Maria Bonita, foi celebrado, verbalmente, um acordo entre índios e garimpeiros, do qual resultou a produção de 10 kg de ouro por mês em proveito da comunidade. São 900 milhões de cruzeiros mensais, para o sustento de 160 famílias.

Mas os "indigenistas" e os "antropólogos" da FUNAI descobriram que a operação se vem fazendo de maneira pacífica e já anunciaram que vão expulsar os garimpeiros, da área de Maria Bonita. Como são 6.000 garimpeiros e 160 índios, é fácil prever a amplitude do conflito em potencial. Desse caldo de cultura brotará a "solução" dos antropólogos da FUNAI.

Não interessa que o Estatuto admita a exploração da terra em proveito do índio. Nem que a constituição estabeleça que o subsolo pertence à União. A FUNAI faz o que bem entende, manda e desmanda. Interditada e desinterditada. Em nome do índio, violenta ostensivamente aquilo que é a pedra angular de nossa organização política: o direito de propriedade.

Só não fez aquilo que deveria ter feito há vários anos, que é promover a demarcação das chamadas áreas indígenas. Por que não promoveu? Porque, com a demarcação feita, define-se a questão e cessará a indústria da luta em defesa do sagrado direito do Índio.

Foi visando à definir à exatos contornos da reserva indígena dos Kaiapós que o Presidente Sarney assinou, recentemente, o Decreto nº 91.244, de 9.5.85, que criava a reserva.

O problema começou em 1960, por ocasião da medição da área requerida pelos incorporadores da atual empresa Cia. de Terras da Mata Geral, a promiscua a entrar na região.

Quando os topógrafos encarregados da demarcação da área requerida levantaram a linha Oeste da gleba, a



mais próxima da aldeia Gorotire, dos índios kaiapós, foram presos e levados para a aldeia.

Depois de várias demandas com o S.P.I (Serviço de Proteção do Índio), precursor da atual FUNAI, e, dialogando com os caciques Kanhonk e Pombo, chegou-se a um resultado satisfatório, ficando a divisa da área requerida bastante afastada da aldeia Gorotire e tendo divisas naturais em quase toda a extensão.

Anos depois, quando o Ministro do Interior, Cel. Andrezza, por motivos desconhecidos por nós e pelos índios, foi mudada esta divisa já reconhecida e aceita e estabelecida uma outra, que, além de penetrar em áreas tituladas dos vizinhos, desprezava as divisas naturais e se compunha de várias linhas imaginárias. Esta divisa nunca foi demarcada.

Em 1980, no início do "grito" do garimpo Cumaru, alguns milhares de garimpeiros invadiram a área supostamente da reserva indígena kaiapó. Este fato serviu de pretexto para a intervenção do SNI, que assumiu *manu militari*, a administração do garimpo, dos proprietários da área já organizado e disciplinado, com auxílio da polícia do Estado do Pará. Assumindo a administração do garimpo, instituíram o que ficou sendo o Projeto Cumaru, com um coordenador, sempre um oficial do SNI, e vários órgãos federais instalados.

Por ordem do SNI foi permitida a garimpagem na área indígena, e os garimpeiros penetraram para o Oeste, onde descobriram o garimpo de Maria Bonita, já bastante próximo da aldeia Gorotire.

O garimpo Cumaru, bastante diferente da Serra Pelada, é composto de várias grotas e vertentes que abrangem uma área de mais de 50.000 hectares, sendo a sua maior parte em áreas da Cia de Terras da Mata Geral, áreas devolutas e áreas da reserva Kaiapó.

Entre os garimpos secundários que compõem o Cumaru, alguns já são conhecidos, como é o caso da Maria Bonita, com mais de 5.000 garimpeiros, que esteve no noticiário dos jornais do país inteiro, quando os garimpeiros foram expulsos pelos índios no começo de 1985.

O Cumaruzinho, outra "grotas" ou garimpo que faz parte do conjunto do Cumaru, um pouco mais afastado da concentração maior, é o motivo de nova "exigência" dos índios Kaiapós da aldeia Gorotire, exigência esta que passamos a relatar.

Em fins de 1984, sem saber se o garimpo Cumaruzinho estava dentro ou fora da futura reserva, pois não havia sido feita a demarcação, um grupo armado de 40/50 índios expulsou cerca de 500 garimpeiros e desativou o garimpo. Não houve reação. Os garimpeiros perderam o que tinham, e os índios saquearam os barracos, permaneceram no local, enquanto havia viveres e depois se retiraram para a aldeia! Tudo isto foi feito sob as bênçãos da FUNAI e da Polícia Federal.

Poucos meses depois, já em 1985, começou o zumb-zumb sobre um ataque a Maria Bonita. Lá o problema seria maior, havia cerca de 6.000 garimpeiros, e não deveria ser tão fácil como no cumaruzinho. Assim mesmo cerca de 100 índios, na presença de vários elementos da FUNAI e Polícia Federal expulsaram todos os garimpeiros, saquearam todo o comércio lá existente, destruindo algumas centenas de milhões de cruzeiros de mercadorias e desativaram o garimpo.

Nada aconteceu, a não ser o aumento da agressividade dos índios e a confiança ainda maior na impunidade para novas aventuras e estrepolias.

Em 9 de maio deste ano, por pressão dos garimpeiros deslocados de Maria Bonita, o Ministro do Interior, depois de muitas negociações (sobre participação dos índios no ouro extraído em área indígena), resolveu fazer a demarcação da área e assinou o decreto da criação da Reserva Indígena Kaiapó. São 3.300.000 (três milhões e trezentos mil) hectares de terras para cerca de 150 famílias de índios Kaiapós da aldeia Gorotire.

Ficou estabelecido que a demarcação fosse feita pelo Serviço Geográfico do Exército, seguindo o memorial topográfico já divulgado há muito tempo pelo SNI, elaborado pela FUNAI e constando no Decreto nº 91.244, que criava a Reserva Kaiapó. Quando o caminhamento topográfico atingiu a área do Cumaruzinho, os índios verificaram que 80% do garimpo ficavam fora da reserva. Pura e simplesmente exigiram um desvio na linha constante no decreto de modo a incluir todo o garimpo dentro da reserva. Como a equipe topográfica naturalmente não concordou, o serviço foi paralisado.

Esta atitude tomada pelos índios é o resultado nelato da política adotada pela FUNAI, de sempre perdoar e dar razão aos índios, cedendo às pressões, seqüestros, invasões (inclusive na sede da FUNAI), e com esta atitude passiva fomentar a agressividade natural e a indisciplina.

Os Kaiapós da aldeia Gorotire, que, nos primeiros contatos com os vizinhos, eram cordatos confiantes, hoje se tornaram agressivos e prepotentes, principalmente quando na presença de elementos da FUNAI.

A garantia da impunidade, somada à política paternalista do Governo, acrescida agora pela ambição financeira despertada com a entrada volumosa de dinheiro resultante das comissões recebidas dos garimpeiros, talvez tenha sido o motivo principal desta atitude na demarcação da divisa do Cumaruzinho.

A Comissão recebida do ouro extraído em Maria Bonita deve ultrapassar a 10 (dez) quilos por mês, que, aos preços de hoje, descontadas as impurezas, representam a cifra nada desprezível de aproximadamente Cr\$ 900.000.000 (novecentos milhões de cruzeiros) mensais.

O volume de dinheiro em jogo neste acordo não parece mais um problema a ser tratado com índios considerados incapazes perante a lei e por isso gozando de total impunidade.

Esta etapa já está ultrapassada no caso dos milionários índios Kaiapós do Gorotire.

Some-se a esta cifra os grandes contratos de extração e venda de mogno (uma das maiores reservas do país), feitos com firmas madeireiras e chegamos à conclusão de que as 150 famílias de índios, lideradas pelo índio Baiakan, filho do cacique Pombo, com ginásio e curso científico, muito em breve deverão estar perante a lei, como um grande grupo financeiro e não como incapazes e irresponsáveis de acordo com a lei.

Por esses motivos, tenho constantemente proclamado a necessidade de emancipar os índios que já se acham inteiramente investidos, nos usos, costumes e malandragens da sociedades dos brancos.

Conservá-los eternamente tutelados, estimulando a impunidade de suas faltas, é fazer o jogo dos inimigos do BRASIL que pretendem criar uma nação indígena, dentro da Nação brasileira!

Tal pregação não interessa nem ao índio nem muito menos ao Brasil. Mas interessa, e muito, aos gigolôs da FUNAI, que vivem à custa do índio, sem a menor preocupação com a solução de seus problemas.

Alterando-se os contornos estabelecidos pelo Decreto nº 91.244, estaremos criando um precedente de conseqüências imprevisíveis, porque nunca mais se irá resolver esse problema que já se eterniza. Bastará que a FUNAI interfira, e todos os decretos serão alterados.

Por isso tudo, esperamos que a ganância dos gigolôs não seja agora contemplada com a mudança do memorial topográfico constante do Decreto nº 91.244, o que seria a desmoralização de mais um preceito legal e mais um ato de fraqueza do Governo, que já retirou do Diário Oficial um decreto assinado ao término do Governo Figueiredo.

E, se o Governo da Nova República não tiver arsenal jurídico para dobrar os "antropólogos" da FUNAI, também não deve dobrar os princípios da geometria, segundo os quais a linha reta é o caminho mais curto entre dois pontos.

Vamos demarcar as reservas indígenas, mas vamos, sobretudo, cumprir a lei e respeitar o direito de propriedade.

Por mais que queiramos bem a nosso irmão indígena, nunca devemos esquecer que o seu direito acaba onde começa o direito do branco.

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XL — Nº 080

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 6 DE AGOSTO DE 1985

O SR. MÁRIO JURUNA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, tomei conhecimento, no recesso, de entrevista em que Deputado cearense Marcelo Linhares dizia que o índio estava querendo mais terra sem trabalhar. Permita responder isso, porque o Deputado cearense não pode dizer nada, não pode negar a tradição do século passado, quando o branco já tinha matado o índio, já tinha roubado a terra do índio.

Protesto contra a entrevista do companheiro cearense, Marcelo Linhares, que não pode dizer mais nada contra a reserva indígena, porque o índio tem que defender sua terra. Se não é índio, quem vai defender? O Deputado? Senador? Ou o Presidente da República? Quero que o índio continue a defender sua terra, quero que o branco respeite a terra indígena. Isso que tinha a dizer.

Deixo como lido o discurso que tinha preparado.

## ANEXO AO DISCURSO DO DEPUTADO MÁRIO JURUNA.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, tomei conhecimento, através do boletim nº 3.407 — Câmara Informa, do dia 23 de julho de 1985, de declarações do Deputado Marcelo Linhares ao serviço de divulgação da Câmara dos Deputados, onde este indaga do Governo por que este não desapropria terras indígenas "quando sabemos que elas são 15 vezes maiores do que o Estado de Sergipe, e, o que é mais grave, para abrigar apenas 150 mil índios".

Pergunto aqui ao nobre Deputado Marcelo Linhares por que ele não indaga ao Governo, a razão de já não ter desapropriado terras de grandes latifundiários nacionais e multinacionais que utilizam a terra, quando não para explorar o trabalhador brasileiro, se servem delas apenas para especulação imobiliária? Será que o Deputado Marcelo Linhares é algum testa-de-ferro destas multinacionais e dos grandes latifundiários, ou será ele mesmo um latifundiário e explorador de mão-de-obra do povo cearense?

Por que o Deputado se dirigiu exatamente para as terras indígenas? Será já uma campanha voltada para acabar de vez com as terras indígenas?

Quero deixar claro que no dia 24 de junho de 1985, quando estive em audiência com o Exmº Sr. Presidente da República José Sarney, externei a minha preocupação a respeito de se fazer a reforma agrária antes da demarcação das terras indígenas, e o Presidente foi firme em sua resposta, dizendo que não permitiria que isso acontecesse e que iria agilizar o processo de demarcação das terras indígenas.

Preocupo-me com as demarcações das terras indígenas exatamente pelo motivo que me levou a fazer este discurso, pois pessoas sem o menor respeito pelo povo indígena, o meu povo, o legítimo dono do Brasil, procuram tirar dele o pouco que lhe resta sob todos os motivos e desculpas esfarrapadas.

Enquanto permanecer vivo e com voz não deixarei que idéias genocidas como essa defendida pelo Deputado Marcelo Linhares prossigam, pois são o reflexo da política mais absurda, ou seja, de tirar de quem já não tem mais o que dar.

Tenho certeza de que o povo cearense neste momento está assustado com o representante que elegeu, pois esta é uma das idéias mais absurdas que o Deputado Marcelo

Linhares poderia ter. Devia este parlamentar manifestar-se sobre a situação que aflige o povo do Ceará, que passa fome há muito tempo, e procurar incansavelmente uma solução para o estado de miséria em que vive a maioria do povo, não só cearense, como o brasileiro.

Lembro ao Deputado Marcelo Linhares que a terra que ele diz o índio ter muita é insignificante, se levarmos em conta o processo de vida do índio, totalmente diferente do processo de vida do branco.

Para o índio, é indispensável a mata para que ele tenha a sua sobrevivência; os rios, os animais etc. Desde 1500 que o índio vem tolerando o homem branco tomar tudo o que lhe pertence. E agora já chega, já basta, pois não vamos admitir de maneira nenhuma que isso venha ocorrer.

Tirar a terra do índio é tirar-lhe a vida, é matá-lo como se mata um bicho. E não posso permitir isso apenas porque uns genocidas, como o Deputado Marcelo Linhares, teimam em fazer o índio pagar por erros que nunca cometeu. Muito pelo contrário, sempre pagou, quando não com a terra, com a vida, a ganância do homem branco.

Sou a favor da reforma agrária para se dar terra ao homem que quer trabalhar na terra, mas que se tire as terras de quem a tem apenas para especular, para explorar o homem em troca de lucros excessivos.

Fui eleito no Rio de Janeiro para defender o povo brasileiro, principalmente o povo indígena, que não tinha um único defensor no Parlamento. E tenho lutado dia e noite para que idéias como essa do Deputado Marcelo Linhares não tomem corpo.

Denunciarei, inclusive internacionalmente, se o Deputado Marcelo Linhares insistir em sua idéia. Farei com que ele fique conhecido no mundo inteiro como o homem que quer acabar com os índios que restaram no Brasil.

Não descansarei e ficarei vigilante, fique certo disso o Deputado Marcelo Linhares e os que pensam que vão tomar o pouco que os índios possuem, com argumentos absurdos.

Tenho certeza de que a sociedade brasileira, o Governo brasileiro e os próprios índios não deixarão que suas terras sejam divididas ainda mais.

Era o que tinha a dizer.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Brasília,  
05 de Agosto de 1985

Exmo. Sr.

GERSON DA SILVA ALVES  
MD PRESIDENTE DA FUNAI  
SIA Trecho IV Lote 750  
71200 - Brasília/DF

Senhor Presidente,

Tomei conhecimento, através das lideranças indígenas da região, de uma Certidão Negativa de nº 11.111.111, papel timbrado da FUNAI, fornecida pelo servidor desta instituição, Amilton Gerônimo Figueiredo ao Sr. Camilo Carlos Guina, a qual estou remetendo-lhe cópia em anexo.

Devido aos constantes conflitos entre índios e fazendeiros que vem acontecendo nessa área e ainda, na eminência de eclodirem novos conflitos com mortes de índios e brancos, desejo receber, dentro da maior brevidade possível, as seguintes informações:

1 - Que o Departamento competente da FUNAI informe se a área em questão, inside ou não em terra indígena.

2 - Se o servidor Amilton Gerônimo Figueiredo, no exercício de sua função, tem contato com algum indígena e se possui informações dessa natureza.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Fls. 11

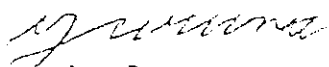
3 - Quantos conflitos aconteceram nessa área e, se em consequencia, houve perda de vida de índios e brancos.

4 - Qual a lotação, cargo e função do servidor Amilton Gerônimo Figueiredo, hoje na FUNAI.

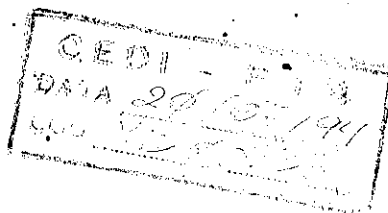
Diante do fato que trago ao conhecimento de Vossa Excelência e que levarei ao conhecimento também do Ministro do Interior, solicito a imediata demissão do servidor Amilton Gerônimo Figueiredo, que através deste ato que praticou, mostrou claramente que é contra o índio brasileiro.

No Aguardo de respostas as minhas indagações, reitero a minha estima e consideração.

Atenciosamente,

  
Mário Juruna

Deputado Federal.



ANEXO AO DISCURSO DO DEPUTADO *L - 1000*  
*Aplicio Jordana*



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Brasília

15 de Maio de 1985.

Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,

Dia 15 de Janeiro de 1985, proferi meu voto no Colégio Eleitoral a favor do Presidente Tancredo Neves seguindo das seguintes palavras: Pela demarcação das terras indígenas e pelo respeito ao povo indígena. Estas palavras não foram ditas a esmo, é a minha bandeira de luta de muito tempo, pois é a grande aspiração do povo indígena brasileiro que quer ver suas terras demarcadas e seus direitos respeitados.

Participei ativamente da campanha a favor das eleições diretas para presidente da república em 1986 e só aceitei ir ao Colégio Eleitoral por dois motivos:

1º Porque não havia outro modo de derrubar o governo militar que tanto oprimia e estava distante das aspirações do povo brasileiro.

2º Porque acreditei ~~na palavra~~ na palavra do então candidato TANCREDO NEVES que me prometeu que o índio no seu governo iria ser respeitado e que suas terras seriam demarcadas o mais urgente possível.

Ao

Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados

DR ULYSSES GUIMARÃES

CÂMARA DOS DEPUTADOS



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Fls. II

Venceu o candidato Tancredo Neves e com ele veio a chamada "NOVA REPUBLICA", com um espírito voltado para o povo brasileiro. Reacendeu-se então no povo brasileiro e indígena a esperança que tudo iria melhorar para todos.

Reafirmou-me Tancredo Neves, depois de eleito Presidente da República que cumpriria com sua palavra empenhada na campanha, o que me deixou também com esperanças de uma nova vida e de um novo relacionamento do povo indígena com o Governo Federal.

Infelizmente o destino foi para todos nós muito ingrato tirando o grande comandante da Nova República. Presto-lhe então agora para que fique registrado nos anais desta Casa a minha homenagem ao Presidente Tancredo Neves que teve o dom de reacender a esperança no povo brasileiro.

Senhor Presidente, meu apelo no momento agora é ao Presidente da República José Sarney, que cumpra as metas estabelecidas pelo então presidente Tancredo Neves com relação ao povo indígena.

O índio brasileiro hoje está passando por todo tipo de humilhação, seja por <sup>NÃO</sup> ter sua terra demarcada, seja pela falta de recursos por parte da FUNAI para assisti-lo. Hoje tem índio que morre por falta de um simples medicamento, e isso vem demonstrar o quanto a FUNAI é esquecida pelo governo federal o quanto é desprezada, não se sabe por quais motivos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

C-1002

Fls. III.

É preciso que o índio, que é o legítimo dono do Brasil seja mais respeitado. Não se pode falar em "Nova República" se não se respeita os direitos do povo que primeiro habitou estas terras, se não se respeita a sua própria história.

É preciso que o Presidente José Sarney revogue o mais urgente possível os decretos 88.118 (Criou o chamado Grupão) e 88.985 (que permite a entrada nas terras indígenas por garimpeiros). Esses decretos são resquícios do governo militar e é o chamado entulho autoritário com relação ao direito do povo indígena.

Não posso acreditar numa "Nova República" se esta mantém este tipo de orientação que norteou o governo militar passado que tanto se esmerou na política de extermínio do meu povo.

Gostaria Senhor Presidente de não ter de subir nesta tribuna, como fiz várias vezes no passado, para denunciar mortes do meu povo devido aos conflitos de terras exatamente por causa da falta de demarcação.

É mais do que necessária e urgente a demarcação das terras indígenas para que o meu povo tenha pelo menos a certeza de que a terra que ocupam não poderá ser violada pelo branco invasor.

É necessário que o Presidente Sarney volte mais a sua atenção para a FUNAI, lembrando que este órgão é o responsável pela política indigenista oficial e que injete mais recursos na FUNAI para que este órgão possa se desenvolver.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Fls. IV

1003

Não posso acreditar numa "Nova Republica" se continuam a decidir questões relativas aos índios e que vão afetar-lhes diretamente sem consultá-los e sem ouvi-los. Sequer se dão ao trabalho de dar conhecimento a este deputado que além de índio, é um deputado que trabalha dia e noite para melhorar as condições de vida dos indígenas brasileiros.

É preciso que o Ministério do Interior seja um órgão dirigido por uma pessoa capaz e que tenha sensibilidade para o problema indígena, pois é o órgão que está acima da FUNAI e tem poderes sobre este órgão.

Hoje o que estou vendo é um Ministério parado e um Ministro que não decide nada mostrando claramente que se encontra sem poder. Já estamos com dois meses de novo governo e até agora o Ministro não nomeou o presidente da FUNAI porque? que fatos os pressiona? Não sabe o Ministro que com essa indecisão ele atrapalha e prejudica a vida dos índios?

Na última reunião que tive com o Ministro Costa Couto ele me falou que existem mais de doze candidatos, então porque ainda não se definiu? Será que o Ministro também tem candidato? Acho que o Ministro fica ouvindo muita conversa de todos os lados e por isso se encontra nessa indecisão. Se isto está acontecendo então eu pergunto: quem é Ministro? quem decide problema da FUNAI? Será que não sabem que essa indecisão está prejudicando demais os índios que estão aqui em Brasília a espera da definição do Presidente da FUNAI para que possam expor os seus problemas e vê-los resolvidos?





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Fls. V

Não sei se o PMDB tem candidato a Presidente da FUNAI ou se o Presidente José Sarney tem candidato, se a Frente Liberal tem candidato, e se por esta questão estão colocando a FUNAI de lado. Já se resolveu a indicação de todo o 2º escalão e porque não indicaram definitivamente o presidente da FUNAI?

Gostaria de dizer aos senhores deputados e ao Senhor Presidente que não pedi ao Presidente Tancredo Neves para apontar nomes para outro órgão qualquer do governo, pedi apenas para apontar o nome do Presidente da FUNAI, pois é um órgão que eu conheço, da minha área, e o que vejo hoje é todo mundo querendo me atravessar indicando nomes totalmente estranho a comunidade indígena para ser Presidente da FUNAI como se este órgão fosse um outro qualquer e estivesse a disposição de qualquer um.

O presidente Tancredo Neves me prometeu também desligar a FUNAI do Ministério do Interior e ligá-la diretamente a Presidência da República, documento propondo esta idéia foi-lhe entregue por mim no final de 1984.

É mais do que necessário que o Presidente da FUNAI seja nomeado urgentemente, pois hoje não existe tranquilidade e nem poder para se definir nada na FUNAI. A FUNAI se encontra parada esperando uma solução que se arrasta desde Março/85.

Agora não há mais porque ficar esperando mais, O Presidente Sarney está governando plenamente e os Ministros estão confirmados nos cargos. Então pergunto novamente por que estão esperando pra definir o nome do presidente da FUNAI?



CÂMARA DOS DEPUTADOS

-1005/1030  
Fls. VI #

É um absurdo se saber que existem mais de doze candidatos a Presidência da FUNAI. Que interesses estão movendo estas pessoas? Alguem estará financiando candidatos? Ou será que estão atrás de salários?. Muitos destes candidatos não sabem sequer onde fica a FUNAI e pensam que a FUNAI é um órgão só administrativo e que possa ser dirigido por qualquer pessoa.

Quando indiquei o nome do Gerson da Silva Alves, é porque o conheço há mais de 20 anos e sei do trabalho que ele desenvolveu junto com os índios, é uma pessoa que gosta muito dos índios e não está preocupado apenas com salários, está preocupado em trabalhar junto com o índio e ajudá-lo.

Termino este meu discurso fazendo um veemente apelo ao presidente Sarney para que não protele mais a sua decisão, e apelo também as pessoas que se candidatam a Presidência da FUNAI, que pensem um pouco mais pois está em jogo muitas vidas e que dependerão de como será administrada a FUNAI.

Era o que tinha a dizer

Atenciosamente

  
Mario Juruna

Deputado Federal